



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	12917/2023
Data do Início	26/06/2023
Folha	
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 22220/2022, Pregão Presencial 14/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de mão de obra, todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários, a serem executados nas dependências das Unidades Escolares do Município de Maricá e em todos os prédios administrados pela Secretaria de Educação.

À D. Procuradoria,

A empresa **EBSERV – EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	12917/2023
Data do Início	26/06/2023
Folha	
Rubrica	

Considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra intempestivo.

Assim, a presente impugnação será recebida, mas não conhecida, por ser INTEMPESTIVA e sem efeitos recursais. Não obstante, por considerar relevante o tema apontado, será analisado e respondido o questionamento em respeito ao direito de petição, constitucionalmente resguardado.

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante questiona:

- Ausência de previsão legal em elaboração de item do edital que versa sobre qualificação econômico-financeira.

III – DO MÉRITO

Em suas razões, a impugnante alega que o edital do certame supracitado contém previsões contrárias à legislação que disciplina os procedimentos licitatórios, visto que possui exigências injustificadamente restritivas que prejudicam a competitividade e isonomia entre os participantes da licitação pública.

Sobre o tema, a previsão da alínea B.6, do subitem 10.1, do Edital do Pregão Presencial n.º 14/2023, indica a seguinte redação:

“B – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

B.6 - Comprovação de patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado para a contratação.”

Não obstante a relevância dos pontos atacados pelo impugnante, resta evidente a não observância ao ato normativo que tem por objetivo normatizar e disciplinar a legislação que trata de contratações similares a do objeto do procedimento licitatório em questão.

Assim, o impugnante não considerou a Instrução Normativa n.º 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Note-se que a exigência estabelecida na alínea B.6, do subitem 10.1, do Edital do Pregão Presencial n.º 14/2023, foi redigida com embasamento na redação da Instrução Normativa n.º 05/2017, em especial, no subitem 11.1, alínea c, a qual dispõe o seguinte:

“11. Das condições de habilitação econômico-financeira:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	12917/2023
Data do Início	26/06/2023
Folha	
Rubrica	

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

(...)

C) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;”

Outro ponto observado consiste que, por equívoco, o impugnante citou em suas razões o que diz o art. 31, incisos I, II e III e seus respectivos parágrafos, da Lei 8.666/93, indicando que a exigência seria um requisito arbitrado pela Administração.

Ainda sobre essa citação, percebe-se que o interessado no certame não indicou os termos do §4º, do art. 31, que diz o que segue:

“Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação. ”

Ou seja, os apontamentos do impugnante não mencionaram o dispositivo supracitado, que em sua leitura resta evidente que poderiam também embasar a elaboração da exigência prevista no edital.

Entendemos que o legislador na Lei Geral de Licitações demonstrou sua preocupação com as empresas que possam contratar com a administração, sendo assim, busca-se exclusivamente a seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato. O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro pudessem vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentassem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

No mesmo sentido, esta especializada utilizou as diretrizes para elaboração do ato convocatório da IN 05-2017 e buscou exatamente a mesma redação utilizada pela supracitada instrução normativa. Esta especializada entende que em um processo de alto vulto e importância, não se pode abrir mão dos apontamentos estabelecidos em normas que tratam especificamente sobre o tema (terceirizações), motivo pelo qual entendemos estar amparados pela legislação aplicada ao tema.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	12917/2023
Data do Início	26/06/2023
Folha	
Rubrica	

IV – DA CONCLUSÃO

Esta especializada decide pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da presente impugnação, ante a intempestividade da mesma; e, tendo em vista o questionamento trazido pela empresa opina pelo **INDEFERIMENTO**, já que a redação foi amparada por normas técnicas específicas para o tema.

Diante do exposto, esta Comissão submete à Douta Procuradoria Geral do Município e, em seguida, à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 26/06/2023

Maria Lúcia Cardoso Travassos
Mat. 111.813

De acordo,

Flávia Maria Nogueira Mattos
Pregoeira
Mat. 109.262